



Revista da APES, v. 2

O acesso à justiça como programa de reformas e método de pensamento

Mauro Cappelletti

Páginas: 13 a 30

Total de páginas: 18

Acesso à justiça: acesso à ordem jurídica justa e adequada

Camila Martins Frizzera Borges

Páginas: 31 a 56

Total de páginas: 26

O devido processo legal e sua evolução no ordenamento constitucional/processual pátrios

Felipe Feliz da Silveira

Páginas: 57 a 80

Total de páginas: 24

A fragilização do sistema codificado e a jurisprudência como fonte primária do direito

Hermes Zaneti Júnior

Páginas: 81 a 108

Total de páginas: 28

A autonomia funcional da Advocacia Pública como resultado de uma importância para aplicação legítima do direito no Estado Democrático Constitucional Brasileiro

Bruno Colodetti e Claudio Penedo Madureira

Páginas: 109 a 130

Total de páginas: 22

Breve estudo sobre a (im)possibilidade de efetivação da representação judicial de agente do estado pela advocacia pública: uma análise técnica da questão

Lívio Oliveira Ramalho

Páginas: 131 a 144

Total de páginas: 14

Por uma nova advocacia pública: reflexões sobre o papel da consultoria jurídica nas licitações e contratações administrativas

Horácio Augusto Mendes de Sousa

Páginas: 145 a 170

Total de páginas: 26

A responsabilidade do advogado de Estado

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Páginas: 171 a 202
Total de páginas: 32

Responsabilização de advogado ou procurador por pareceres em contratação direta de empresa

Marcos Juruena Villela Souto

Páginas: 203 a 216
Total de páginas: 14

Petróleo, hidrocarbonetos fluidos e gás natural: direito das compensações financeiras royalties e participação especial

Carlos Dorsch

Páginas: 217 a 246
Total de páginas: 30

Inscrição em dívida ativa quem deve e quem não deve e quem não deve inscrever

Gustavo Sipolatti

Páginas: 247 a 256
Total de páginas: 10

Limites e possibilidades para o exercício do poder regulamentar do administrador público

Horácio Augusto Mendes de Sousa

Páginas: 257 a 286
Total de páginas: 30